



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
COMITÊ GESTOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO (PETIC)

Ata da Reunião Ordinária, realizada no dia 28/10/2015

Membros Presentes:

Dr. Max Paulo Soares de Alcântara	Juiz Auxiliar da CGJ
Dr. José Airton	Juiz Auxiliar da CGJ
Dr. Júlio César Menezes Garcez	Juiz de Direito
Dra. Melissa Pessoa	Juíza Auxiliar da Presidência do TJPI
Paulo Silvio Mourão Veras	Secretário Geral
Agnaldo Abreu Almendra	Secretário da STIC
Gleydson Vilanova Viana Coelho	Secretário da SEPLAN
Roosevelt dos Santos Figueiredo	Secretário da SECOF
Gemma Galganni de Sampaio Medeiros Paraguassu	Secretária da SEAD
Leonne Francisco Ribeiro Pires	Coordenador Geral do FERMOJUPI

Convidados:

Lara Reis Neiva Eulálio	Departamento de Engenharia
Leandro Rodrigues Sampaio	Gabinete de Juiz Auxiliar da Presidência
Sávio Mota Carneiro	STIC
Antonio Waldo Divino Júnior	STIC
Patrícia Fontinele Muniz	STIC
Severiano Alves Reis Neto	STIC

Pauta 1

Memórias:

Gleydson Vilanova apresentou:

Demanda do Projeto de envio de petições intermediárias.

Demanda de implantação MNI e Escritório Digital.

Termo de Convênio do TJPR para a implantação do Sistema e-VEP.

Projeto de assinatura digital na Central de Mandados.

Solicitação de nomeação de todas as vagas disponíveis de TIC no concurso.

Apresentação dos gerentes sobre o andamento dos projetos:

Paulo Silvio informou que os normativos para o sistema a-Proc serão disponibilizados nas próximas semanas.

Sávio apresentou as necessidades para o projeto de implantação do PJ-e.

Patrícia apresentou o andamento do projeto Diário da Justiça Eletrônico informando que está em fase de conclusão. A homologação será feita observando as informações da ferramenta em comparação com os pedidos por e-mail. Em duas semanas o sistema deverá estar implantado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
COMITÊ GESTOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO (PETIC)

Patrícia apresentou o andamento do projeto de complemento de movimentações. Gleydson informou que os complementos irão refletir nas informações que deverão ser enviadas ao CNJ.
Patrícia apresentou o andamento do projeto da Gestão Documental. O projeto estará pronto para homologação até o dia 06/11/2015.
Gleydson Vilanova:
Apresentou os projetos estratégicos priorizados pelo comitê gestor da Estratégia na ultima reunião de avaliação da estratégia;
Severiano informou que, por falta de equipe, o projeto de controle de frequência foi priorizado pela equipe, pois se trata de um projeto próximo da sua conclusão. Apresentou as principais funcionalidades, dentre elas o funcionamento do banco de horas.
Deliberações:
1. Inclusão do projeto de envio de petições intermediárias no portfólio, porém com a ressalva de que as petições recebidas não sejam impressas pelo TJPI;
2. O Sistema E-VEP, produzido pelo TJPR, não será implantado no TJPI pois a funcionalidade será suprida pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico do CNJ (PJ-e);
3. O projeto demandado pela Central de Mandados será incluído no portfólio, porém somente com assinatura digitalizada (chancela), retirando o escopo da assinatura digital.
4. Sairá um documento do comitê gestor do PETIC ao presidente do TJPI, recomendando que sejam nomeados, ainda em 2016, todos os aprovados dentro das vagas disponíveis no concurso para a área de T.I.
5. Os normativos para o projeto Diário da Justiça Eletrônico devem ser feitos em conjunto pelos juízes auxiliares da presidência e corregedoria, ficando marcada uma reunião para terça-feira, dia 03/11/2015.
Pauta: Processo Judicial Eletrônico
Memória:
Gleydson apresentou pontos importantes sobre o projeto.
Informou que a STIC está trabalhando para instalar uma versão do PJ-e enviada pelo CNJ.
Aginaldo informou que tem a possibilidade da visita de um técnico do TJMA para auxiliar na configuração do sistema.
Dr. Júlio César informou que, de acordo com a reunião com o conselheiro do CNJ, a implantação inicial deverá ser feita nas varas cíveis de Teresina prioritariamente.
Foram discutidos os riscos da implantação da capital.
Dr. Max Paulo sugeriu a implantação nos Juizados, varas cíveis e depois expandir para todas as outras varas.
Aginaldo informou que a migração dos processos do sistema PROJUDI pode causar problemas de indisponibilidade de processos no PJ-e, sendo necessárias várias adaptações nas informações para voltarem a serem apresentados;
Deliberações:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
COMITÊ GESTOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO (PETIC)

1. O PJ-e será implantado nas varas cíveis de Teresina e Campo Maior, no Juizado da Fazenda Publica em Teresina. O PJ-e também será implantado nos Juizados Especiais de Teresina, Oeiras e Campo Maior para processos novos.
2. O TJPI buscará o TJMA para ser o seu “tribunal padrinho” na implantação do PJ-e.
3. Será marcada uma reunião com a EJUD para tratar das capacitações do PJ-e.
4. O Secretário Geral viabilizará profissionais terceirizados para suporte do PJ-e.
5. Deverá ser iniciado pelo Departamento de Engenharia o processo de aquisição de transformadores elétricos para as unidades que necessitam estabilizar a energia elétrica para receber o PJ-e.
6. Os Juízes Auxiliares da presidência e o Dr. Júlio César se responsabilizarão pelos normativos para regulamentação do PJ-e.
7. Gemma Galgani e Dr. Júlio César ficarão responsáveis no levantamento de quais os certificados digitais serão necessários para o uso do PJ-e.
8. Dr. Júlio César e Dra. Melissa Pessoa serão responsáveis pela homologação dos fluxos processuais do sistema. O Dr. Tiago Brandão será convidado para compor a equipe.

Pauta: Projeto TJPI em Números
Memória:
Gleydson Vilanova apresentou o escopo inicial e quais as estatísticas farão parte do projeto. Reforçou a dificuldade de extração das informações nos vários sistemas para resolver cada pergunta. Deu um exemplo de como é a parametrização e dificuldade de tradução dos termos jurídicos para as regras de extração dos sistemas. Sugeriu a criação de uma equipe multidisciplinar para fazer a tradução dos glossários das metas.
Dr. Júlio César, considerando que a baixa processual é a unidade usada nas estatísticas do CNJ, sugeriu a criação de duas categorias de baixas de processos dentro do sistema ThemisWeb. A primeira categoria seria feita no processo para formar a estatística do Justiça em Números do CNJ, ficando o processo aguardando a segunda baixa, que ocorrerá após o recolhimento das custas processuais.
Dr. Max Paulo sugeriu que a baixa processual seja apenas uma, repassando o processo de recolhimento de custas ao FERMOJUPI.
Gleydson solicitou a criação de equipe multidisciplinar para o projeto, com dedicação exclusiva.
Deliberações:
1. Dr. Júlio César marcará uma reunião com os juízes auxiliares da corregedoria e presidência para tratar das baixas processuais.
2. O Secretário Geral verá possibilidade de contratar quatro profissionais terceirizados, sendo três de T.I. e um de conhecimento Jurídico para recompor as equipes da STIC e de uma vara que terão servidores dedicados ao projeto TJPI em Números.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
COMITÊ GESTOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO (PETIC)

3. A Aprovação do PETIC 2015-2020 será feita em reunião extraordinária na terça-feira, dia 03/11/2015 às 13:00h.

Próxima reunião ordinária: dia 03/11/2015 às 13:00h na Sala de Reuniões do TJPI.

E, não havendo nada mais a tratar, a reunião foi encerrada com as formalidades de estilo. Do que, para constar, eu, Francisco Igor de Lima e Silva, lavrei a presente ata, sendo por mim subscrita, que após a sua publicação no Diário da Justiça e, não havendo impugnação, será assinada pelo Exmo. Sr. Des. Presidente.